CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 1378/94
Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 010/2019

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos - CMAS,
2 realizada no dia 17 de setembro de 2019, na sede do CMAS, sita a Rua XV de Novembro, 183 -
3 Centro - Santos/SP com a presença de conselheiros e convidados, cujas assinaturas constam na
4 lista em anexo que integra esta ata. Mayara da Silva Curcio, presidenta do CMAS, deseja um bom
5 dia a todos, em seguida inicia a assembleia, às 9h00. **1. Adequação do Plano de Trabalho –**
6 **Educandário Santista – Projeto Artessência.** Sra. Mayara apresenta a proposta de alteração do
7 Plano de Trabalho do Projeto Artessência, onde inicialmente os recursos previstos estavam
8 direcionados para formação de facilitadores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de
9 Vínculos – SCFV. A proposta é o remanejamento para utilização do recurso para o item “transporte”,
10 uma vez que se faz necessário, devido a participação dos serviços no EURECA. A solicitação foi
11 avaliada pela Comissão de Política, que aprovou o requisitado. É apontado que a alteração no Plano
12 de Trabalho é possível, e está previsto no Termo de Colaboração, passando-se assim a formalizar
13 Termo de Aditamento. Após discussão, a solicitação foi aprovada sem objeções. **2. Reclassificação**
14 **da Inscrição da Organização: Legião Brasileira da Boa Vontade - LBV.** O registro junto ao
15 CMAS era de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. A Organização
16 recebeu CEBAS, reclassificando a mesma para Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos.
17 Houve reclassificação inadequada junto ao CMAS, e a proposta é que se retorne a reclassificação
18 para SCFV. A Organização mantém 88 unidades no Brasil. Em Santos executam o SCFV, com 04
19 grupos, para o ciclo etário de 06 a 15 anos. Após discussão, a reclassificação foi aprovada sem
20 objeções. **3. Propostas do CMAS para o PDR:** Rodrigo – Coordenador de Gestão do SUAS, faz
21 resgate do processo histórico do PDR, que iniciou-se em 2013. Trata-se de Programa para indicador
22 de aferimento de metas, com vistas a bonificação dos servidores. Nesta 5ª edição, foi incluída metas
23 indicadas pelos Conselhos, contudo não foi incluída nenhuma enviada pelo CMAS, somente CMI e
24 CMDCA. A Ouvidoria iniciou processo de reunião com os Conselhos para que estes se
25 apropriassem da questão e façam as indicações das metas. Foram discutidas metas para curto
26 prazo, na Diretoria Executiva e estas encaminhadas para apreciação da AGO. Rodrigo informa que
27 não há limite de metas a serem indicadas, contudo é uma sugestão ao Órgão Gestor e este por fim,
28 deve fazer a devolutiva ao CMAS de quais foram aprovadas por eles. As metas devem ser alinhadas
29 ao PPA, Plano Municipal de Assistência Social. Mayara faz a leitura das metas sugeridas: 1 –
30 Implantação de Conselho Gestor em 60% dos serviços socioassistenciais; 2 – Reordenamento do
31 serviço de acolhimento para adultos; 3 – Convênio híbrido de ILPI com a Secretaria de Saúde e

32 Assistência Social; 4 – Atualização do Diagnóstico, com metodologia participativa, com vistas a
33 realização do PMAS e 5 – Inclusão na PLOA 2021, recursos para o Plano Municipal de Educação
34 Permanente. Rodrigo aponta que no instrumental, há dificuldade de mensurar o aumento
35 percentual, tendo em vista o cenário vivenciado sem diagnóstico. Outro ponto relevante é que as
36 agendas não estão sendo casadas, uma vez que a Conferência de Assistência irá ocorrer após a
37 entrega do documento pelo CMAS. Wagner, chefe do CREAS-ZN, aponta que não acha adequada
38 a vinculação do PDR com as temáticas a serem discutidas enquanto Política de Assistência Social.
39 Trata-se de programa de governo/político e as questões apontadas devem ser pautadas
40 continuamente. Similar ao que acontece com a questão da insalubridade dos servidores. Leandro
41 aponta que a discussão junto a Diretoria Executiva, teve como foco a Política de Assistência Social
42 e suas dificuldades e não uma possível vinculação político partidária. Rodrigo reafirma que a análise
43 do CMAS é perante as metas, se estas condizem ou não com a execução da Política Pública. Luiz
44 Galvão, sugere que todas as propostas devem ser aprovadas pelo CMAS. Rodrigo explica que não
45 é possível, pois a legislação do PDR terá que ser revista para isso acontecer. Tarciana expõe sua
46 opinião sobre o PDR, que trata-se mais de uma punição do que estímulo ao servidor. Pergunta,
47 quanto foi pago efetivamente do PDR aos funcionários. Sendo assim, também não concorda com a
48 indicação de metas ao PDR pelo CMAS. Marcell questiona se o CMAS pode recomendar a exclusão
49 de metas do PDR, ou avaliar se as propostas indicadas são pertinentes. Também não avalia como
50 positivo o envio das propostas pelo CMAS. Paulo Musa, expõe que concorda com o envio de
51 propostas de metas ao PDR pelo CMAS, entende que é uma abertura do governo na participação
52 do conselho no PDR. Marcia Ester, afirma que o conselho não deve vincular ao PDR, a discussão
53 deve partir para a exclusão do PDR e vinculação de aumento de salário dos servidores. Rodrigo
54 lembra que a inclusão de metas por conselhos, foi indicação dos próprios conselhos. E coloca que
55 é positivo a indicação pelo CMAS, intervindo assim no Programa de Governo. E sugere que na
56 indicação, deva-se incluir texto para que o CMAS possa fazer análise das metas finais do PDR,
57 vinculadas a Assistência Social. Após discussão, Sra. Mayara coloca em regime de votação a
58 indicação ou não das metas para o PDR, discutidas em Diretoria Executiva. Os conselheiros
59 Rodrigo, Angélica, Paulo, Luiz Galvão, Marcos, Daniele e Sara votam pela indicação. Os
60 conselheiros Tarciana, Raissa, Naiara, Mayara e Léia votam pela não indicação. Pela maioria dos
61 votos, serão encaminhadas as propostas elencadas com indicativas ao PDR. **4. Informes da**
62 **Conferência:** Sra. Mayara afirma que as pré-conferências, que totalizaram 14, foram o maior
63 número de encontros preparatórios da região. É grande o número de propostas que precisam ser
64 conferidas. Para o dia da Conferência, se faz necessário a participação de todos os conselheiros.
65 Estão sendo feitas reuniões com os delegados eleitos, com vistas a explicar todo o processo
66 conferencial. A comissão tem se reunido toda segunda-feira, sendo o próximo encontro para o dia
67 23/09 às 14hs, na sede do conselho. Já estão disponíveis para retirada os folders e será republicado
68 a proposta de regimento interno da Conferência com algumas alterações. **6. Informes do Gestor:**
69 Rodrigo informa que foi garantido a alimentação na Conferência, com recursos do IGD, respectivo

70 a parte do conselho, e que o mesmo foi aumentado em 5% para essa finalidade. Apresenta o técnico
71 Leandro, como referência para apoio ao Conselho Municipal de Assistência Social. **7. Informes do**
72 **CMAS.** Comissão de Política, se reuniu para avaliação a revisão de instrumentais de inscrição de
73 Organizações Sociais junto ao CMAS. Comissão de Finanças, discutiu junto com o Órgão Gestor a
74 utilização de recursos para a manutenção do telhado da sede do serviço “Casa Dia Mãezinha
75 Joana”, pois o recurso utilizado será proveniente do FMAS. A SEDS alega que a manutenção de
76 unidades, mesmo as alugadas é uma questão incluída nos contratos assinados de locação. A
77 comissão solicitou o envio de cópia de todos os contratos para análise. Foi apresentado também
78 pelo Órgão Gestor, a devolução referente ao recurso do Programa Criança Feliz, que estava
79 pendente de devolução ao FNAS. A comissão solicitou ainda que seja remetido ao CMAS os
80 planejamentos financeiros dos serviços, em especial do CREAS, para melhor acompanhamento.
81 Comissão da Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família – ICS-PBF, a comissão
82 discutiu a construção de um boletim informativo, sobre a situação atual do Programa, como por
83 exemplo o aumento da atualização cadastral, número de beneficiários incluídos e número de
84 benefícios liberados. Com relação a Política de Saúde, foi discutida a ausência de vacinas para
85 atender a demanda, sendo que as famílias não poderiam ser prejudicadas. Então, deliberou-se por
86 lançar no sistema que há ausência de oferta por parte do gestor e não que a família descumpriu a
87 condicionalidade. Com relação a Política de Educação, foi apresentado que está sendo realizada
88 reunião com os supervisores para que estes façam diálogo com os orientadores, com vistas a
89 discutir os motivos no preenchimento da infrequência escolar. Comissão de Acompanhamento da
90 Conferência e Legislação, discutiu que deverá verificar com a SEDS a minuta da proposta da Lei
91 do SUAS para ser discutida na próxima AGO. Deverá ser lançado na Conferência o Boletim
92 Informativo da ICS-PBF. **8. Assuntos Gerais.** Naiara divulga o evento “Congresso de Saúde
93 Pública” que se realizará no dia 18/09, no Sindicato dos Metalúrgicos e a “Audiência Pública”, que
94 tratará sobre o tema População em Situação de Rua, mais especificamente o trabalho do
95 Consultório na Rua, no dia 20/09. Sra. Marcia Ester divulga a “Audiência Pública” que irá discutir a
96 Previdência do Servidor Público – IPREV, também no dia 20/09 na Câmara Municipal. E a
97 conselheira Léia divulga o evento “A importância das mulheres na Política” que irá se realizar no dia
98 18/09 às 19h, na sede da APEOESP. Sem mais informes advindos da plenária, Mayara declara
99 finalizada a Assembleia Geral Ordinária, às 10h40. Eu, Mayara da Silva Curcio, que presidi a
100 assembleia, também lavrei a presente ata.

101

102

103

104

Mayara da Silva Curcio

105

Presidenta